



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS

Secretaria de Controle Externo – SEC-CEXTERNO

Serviço de Avaliação e Inovação em Políticas Públicas – Serv-PolíticasPublicas

**DESCRIPTIVO DO INDICADOR DE POLÍTICA PÚBLICA
POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES
TAXA DE REGISTRO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE
URGÊNCIA CONCEDIDAS (LEI MARIA DA PENHA)**

Versão nº: 001

25/09/2024

SUMÁRIO

1.	Forma de Obtenção dos Dados	2
1.1	Automação	13
2.	Processamento dos Dados	13
3.	Informações Adicionais	13

1. Forma de Obtenção dos Dados

Os dados necessários para definição do Indicador são obtidos por meio do acesso ao <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

a) Dados de 2023 e 2022

Na página “Publicações” do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, vá em “Todos os Anuários” e clique em “Acesse → DADOS DE 2023”, conforme imagem – Tela 1 – Página Inicial Anuário 2024:



Tela 1 – Página Inicial Anuário 2024

Na página “18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2024”, clique em “PLANILHA Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024.xlsx” para fazer download, conforme imagem – Tela 2 – Anuário 2024:



18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2024

Autor
Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)

Citação
ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

Resumo
O Anuário Brasileiro de Segurança Pública se baseia em informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública. A publicação é uma ferramenta importante para a promoção da transparência e da prestação de contas na área, contribuindo para a melhoria da qualidade dos dados. Além disso, produz conhecimento, incentiva a avaliação de políticas públicas e promove o debate de novos temas na agenda do setor. Trata-se do mais amplo retrato da segurança pública brasileira.

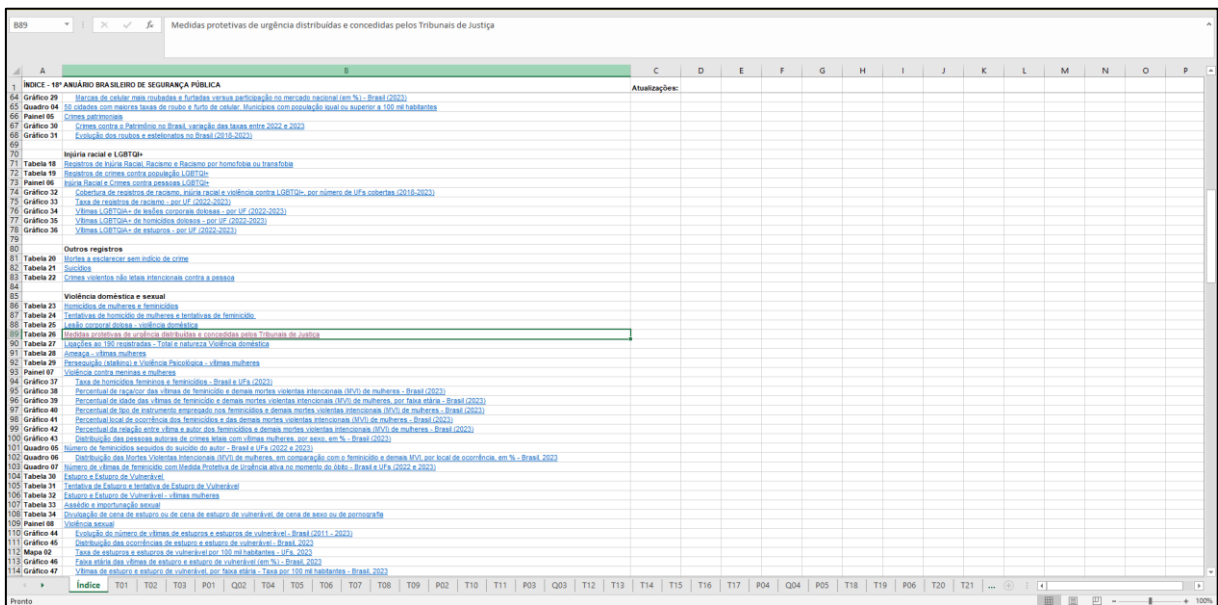
ISSN
1983-7364

Licença
http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

Assuntos
Segurança pública, Estatística criminal, Violência, Morte violenta, Vitimização, Vitimização policial, Letalidade policial, Pessoa de desaparecida, Roubo, Furtos, Tráfico de drogas, Discriminação racial, Racismo, Femicídio, Homicídio, Lesão corporal, Violência doméstica, Violência contra a mulher, Violência sexual, Violência contra as adolescentes, Violência em crianças, Violência em adolescentes, Pornografia, Estupro, Estupro de vulnerável, Arma de fogo, Gastos públicos, Investimento público, Segurança privada

Tela 2 – Anuário 2024

Na planilha baixada, vá em “Violência doméstica e sexual” e clique em “Medidas protetivas de urgência distribuídas e concedidas pelos Tribunais de Justiça”, conforme imagem – Tela 3 – Planilha Anuário 2024:



	T01	T02	T03	P01	Q02	T04	T06	T07	T08	P02	T10	T11	P03	Q03	T12	T13	T14	T15	T16	T17	P04	Q04	P05	T18	T19	P06	T20	T21
Índice - 18º ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA																												
Índice 29																												
Índice 30																												
Índice 31																												
Índice 32																												
Índice 33																												
Índice 34																												
Índice 35																												
Índice 36																												
Índice 37																												
Índice 38																												
Índice 39																												
Índice 40																												
Índice 41																												
Índice 42																												
Índice 43																												
Índice 44																												
Índice 45																												
Índice 46																												
Índice 47																												

Tela 3 – Planilha Anuário 2024

Tela 4 – Resultado:

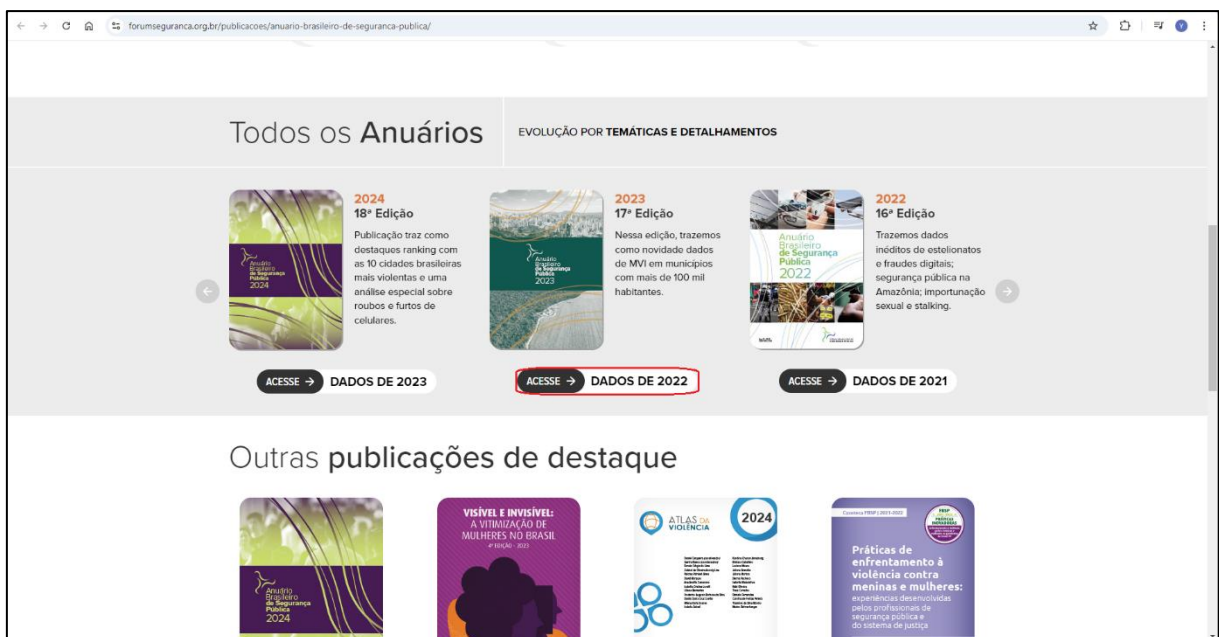
Tela 4 – Taxa de registro de medidas protetivas de urgência concedidas (Lei Maria da Penha) 2023 e 2022

Brasil e Unidades da Federação	Medidas protetivas de urgência						% de MPUs concedidas		
	Medidas distribuídas			Medidas concedidas					
	Ns. Absolutos	Taxa ⁽¹⁾	Varição (%)	Ns. Absolutos	Taxa ⁽¹⁾	Varição (%)			
	2022 ⁽²⁾	2023	2022	2023	2022 ⁽²⁾	2023	2022	2023	
Brasil	547.201	663.704	623,4	634,8	21,3	626.297	540.205	87,8	81,4
Acre	3.463	4.680	135,2	132,8	-1,7	2.387	3.105	68,9	66,3
Alagoas	2.829	4.196	148,3	147,3	-0,7	1.817	2.535	64,2	60,7
Amazonas	3.817	3.987	104,4	104,2	-0,2	2.855	3.333	74,8	83,7
Aparecida de Goiânia	11.305	14.100	124,7	124,8	0,1	9.234	12.640	81,7	89,7
Aracaju	17.824	23.312	130,8	131,2	0,3	14.721	20.050	82,6	86,4
Araguari	16.304	22.674	139,0	139,1	0,1	15.964	20.833	97,9	92,3
Asa Branca	15.335	16.982	110,8	110,9	0,1	11.905	19.201	77,6	111,9
Assis Brasil	13.815	15.109	109,4	109,4	0,0	8.800	11.841	63,7	78,5
Atafó	16.648	23.571	141,7	141,7	0,0	16.803	20.418	101,0	88,6
Barcelos	15.328	19.270	125,7	125,8	0,1	14.424	17.264	94,1	89,8
Barro Alto	15.001	16.426	110,1	110,1	0,0	13.250	15.133	88,4	92,1
Bela Vista	12.833	13.084	102,0	102,0	0,0	8.992	9.461	69,7	71,1
Belmonte	52.822	61.744	116,9	117,0	0,1	37.952	37.368	71,8	68,5
Bom Jardim	18.854	26.833	142,3	142,3	0,0	16.842	23.988	89,3	89,1
Bomópolis	15.844	18.518	116,9	117,0	0,1	8.781	8.768	55,4	47,2
Bom Retiro	41.259	51.426	124,6	124,6	0,0	28.959	45.887	69,9	88,4
Bonópolis	19.456	24.840	127,7	127,7	0,0	16.172	22.210	83,1	89,4
Bonópolis	5.819	7.547	130,0	130,0	0,0	5.287	6.812	91,0	91,8
Bom Jesus	47.625	52.241	109,7	109,7	0,0	37.811	39.038	79,4	73,6
Bom Jardim	4.008	6.808	170,1	170,1	0,0	4.468	5.845	111,5	85,9
Bom Jardim	53.953	64.215	119,0	119,0	0,0	41.583	52.854	77,1	81,2
Bom Jardim	7.334	8.882	121,1	121,1	0,0	6.336	7.718	86,3	88,4
Bom Jardim	2.223	2.859	128,6	128,6	0,0	1.882	2.605	84,6	89,0
Bom Jardim	23.386	26.187	112,0	112,0	0,0	19.088	25.714	81,7	91,3
Bom Jardim	98.170	118.550	120,8	120,8	0,0	72.581	95.861	73,9	81,0
Bom Jardim	3.654	5.276	144,4	144,4	0,0	3.136	4.495	85,8	85,2
Bom Jardim	4.891	5.649	115,5	115,5	0,0	4.130	5.100	84,5	89,2

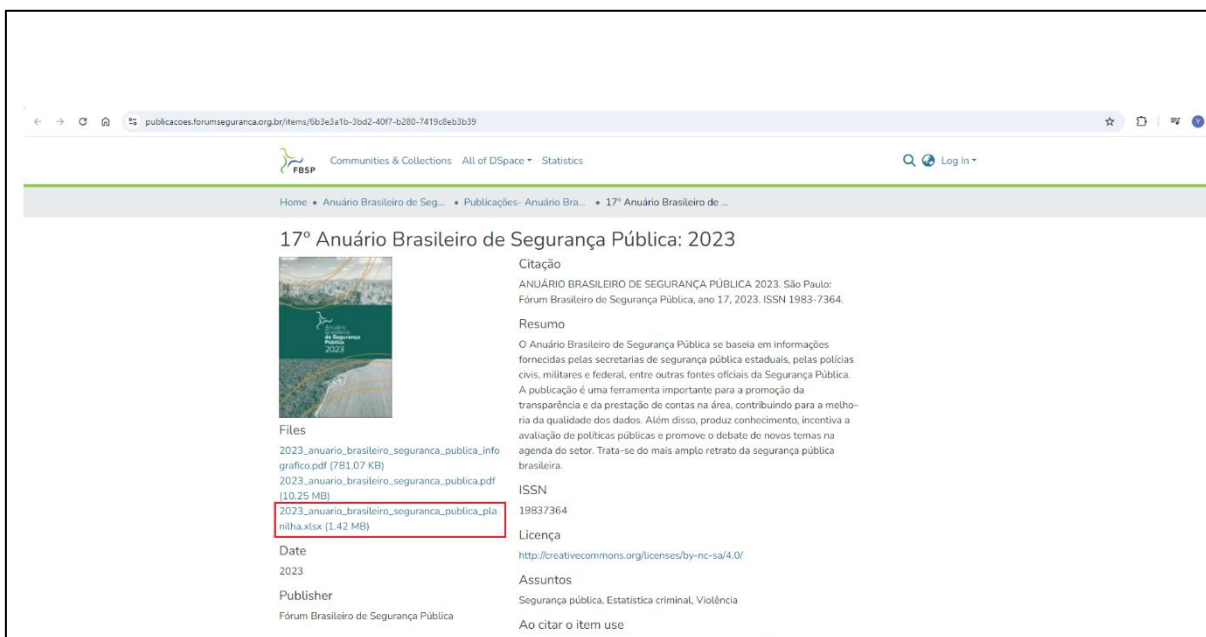
Tela 4 – Taxa de registro de medidas protetivas de urgência concedidas (Lei Maria da Penha) 2023 e 2022

b) Dados de 2021

Na página “Publicações” do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, vá em “Todos os Anuários” e clique em “Acesse → DADOS DE 2022”, conforme imagem – Tela 5 – Página Inicial Anuário 2023:



Na página “17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2023”, clique em “2023_anuario_brasileiro_seguranca_publica_planilha.xlsx” para fazer download, conforme imagem – Tela 6 – Anuário 2023:



The screenshot shows a web browser window displaying the page for the 17th Brazilian Public Security Yearbook 2023. The page includes a navigation menu, a search bar, and a list of files for download. The file '2023_anuario_brasileiro_seguranca_publica_planilha.xlsx' is highlighted with a red box. The page also contains a citation, a summary, and other metadata.

17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2023

Citação
ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo:
Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. ISSN 1983-7364.

Resumo
O Anuário Brasileiro de Segurança Pública se baseia em informações
fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelas polícias
civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública.
A publicação é uma ferramenta importante para a promoção da
transparência e da prestação de contas na área, contribuindo para a melho-
ria da qualidade dos dados. Além disso, produz conhecimento, incentiva a
avaliação de políticas públicas e promove o debate de novos temas na
agenda do setor. Trata-se do mais amplo retrato da segurança pública
brasileira.

Files
2023_anuario_brasileiro_seguranca_publica_info
grafico.pdf (781.07 KB)
2023_anuario_brasileiro_seguranca_publica.pdf
(10.25 MB)
**2023_anuario_brasileiro_seguranca_publica_pla
nilha.xlsx (1.42 MB)**

Date
2023

Publisher
Fórum Brasileiro de Segurança Pública

ISSN
19837364

Licença
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Assuntos
Segurança pública, Estatística criminal, Violência

Ao citar o item use

Tela 6 – Anuário 2023

Na planilha baixada, vá em “Violência doméstica e sexual” e clique em “Medidas protetivas de urgência distribuídas e concedidas pelos Tribunais de Justiça”, conforme imagem – Tela 7 – Planilha Anuário 2023:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Descritivo do Indicador de Política Pública
Política de enfrentamento à violência contra as mulheres
Taxa de registro de medidas protetivas de urgência concedidas (Lei Maria da Penha)
Versão nº: 001
Data: 25/09/2024

Tela 7 – Planilha Anuário 2023

Tela 8 – Resultado:

Tela 8 – Taxa de registro de medidas protetivas de urgência concedidas (Lei Maria da Penha) 2021

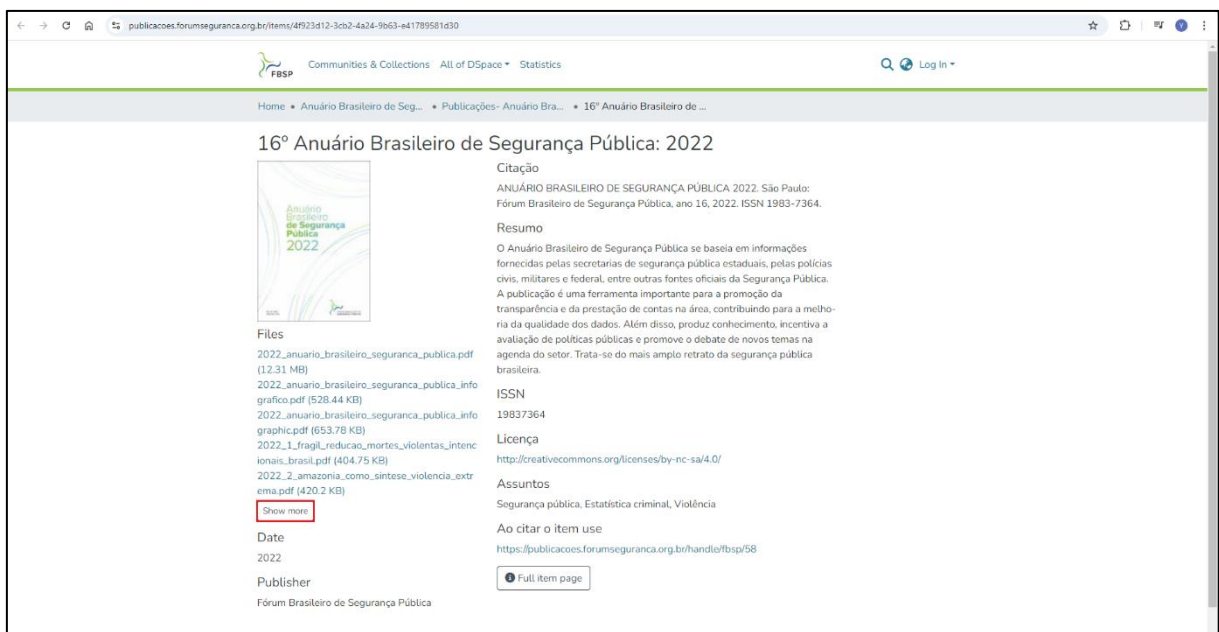
c) Dados de 2020

Na página “Publicações” do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, vá em “Todos os Anuários” e clique em “Acesse → DADOS DE 2021”, conforme imagem – Tela 9 – Página Inicial Anuário 2022:



Tela 9 – Página Inicial Anuário 2022

Na página “16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2022”, clique em “Show more” até aparecer o botão “Collapse”, conforme imagem – Tela 10 – Show More 2022:



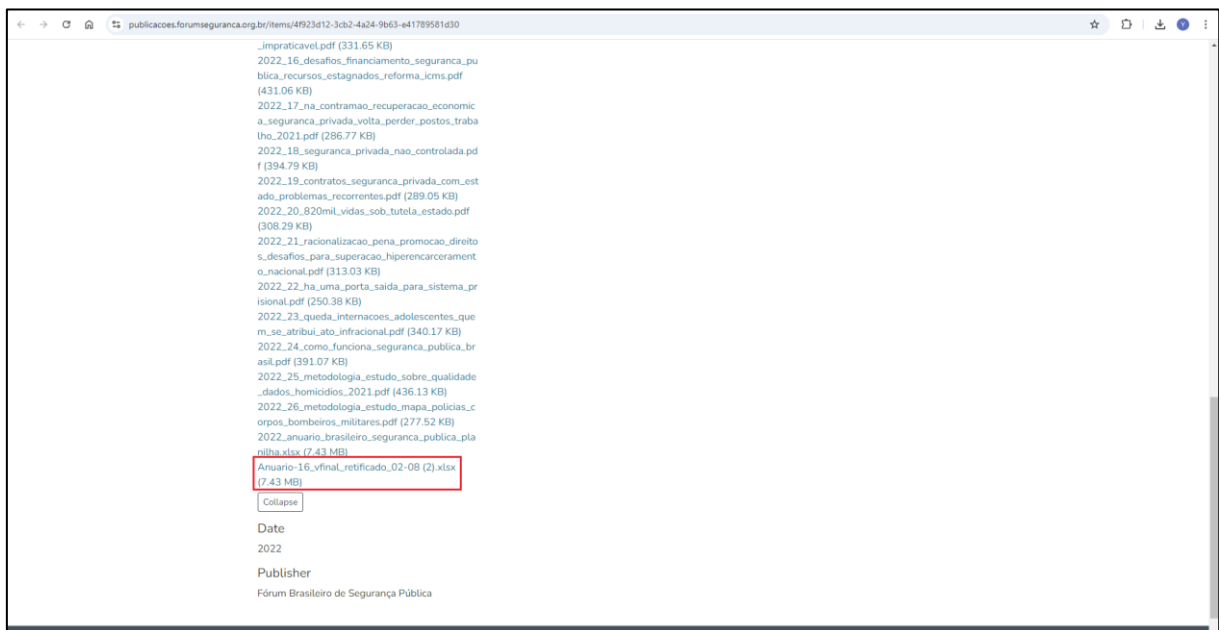
Tela 10 – Show More 2022

O botão “Collapse” aparecerá conforme imagem – Tela 11 – Botão Collapse:



Tela 11 – Botão Collapse

Clique em “Anuario-16_vfinal_retificado_02-08 (2)” para fazer download, conforme imagem – Tela 12 – Anuário 2022:



Tela 12 – Anuário 2022



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS

Na planilha baixada, vá em “Violência doméstica e sexual” e clique em “Medidas protetivas de urgência distribuídas e concedidas pelos Tribunais de Justiça”, conforme imagem – Tela 13 – Planilha Anuário 2022:

Tela 13 – Planilha Anuário 2022

Tela 14 – Resultado:

Tabela 26 Medidas protetivas de urgência distribuídas e concedidas pelos Tribunais de Justiça ⁽¹⁾ Brasil e Unidades da Federação – 2020-2021	Medidas protetivas de urgência											
	Medidas distribuídas				Medidas concedidas							
	Brasil		Unidades da Federação		Brasil		Unidades da Federação		Brasil		Unidades da Federação	
	N. Absolutos	Taxa ⁽²⁾	Varição (%)	N. Absolutos	Taxa ⁽²⁾	Varição (%)	N. Absolutos	Taxa ⁽²⁾	Varição (%)	N. Absolutos	Taxa ⁽²⁾	Varição (%)
	2020 ⁽³⁾	2021	2020	2021	2020 ⁽³⁾	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Brasil	443.348	463.096	409,6	457,0	11,6	323.570	370.209	299,0	339,5	13,6		
Acre	2.892	3.285	446,8	726,5	12,3	1.485	1.992	327,9	240,8	28,5		
Alagoas	1.081	1.070	62,0	109,6	7,2	600	1.179	34,4	87,2	96,3		
Amazonas	2.960	3.131	674,0	714,5	6,0	2.696	2.934	626,6	669,5	6,9		
Paraná	8.220	8.764	392,3	411,9	5,0	6.480	7.044	308,3	331,1	7,4		
Bahia	6.921	7.064	209,4			13.961		162,1	195,2	7,2		
Ceará	14.975	16.889	316,5	350,1	10,6	10.678	14.182	229,9	297,9	29,6		
Distrito Federal	18.423	14.411	972,6	801,2	-2,9	7.909	9.780	486,7	606,3	22,9		
Espírito Santo	11.228	12.107	544,1	580,3	6,7	7.804	8.486	378,2	453,7	20,0		
Goiás	16.580	16.652	482,1	457,9	-9,9	3.992	11.739	113,3	322,8	190,2		
Roraima	13.130	14.891	392,9	498,2	12,5	12.055	14.340	332,2	393,9	18,2		
Mato Grosso	13.603	14.170	782,1	804,8	2,9	9.742	12.430	569,1	705,9	28,0		
Mato Grosso do Sul	11.708	12.824	823,4	895,1	7,5	9.723	10.086	697,6	791,3	19,7		
Minas Gerais	44.605	48.444	412,6	445,6	6,0	32.911	39.239	304,5	278,2	-6,6		
Paraíba	13.192	14.726	304,4	336,2	10,5	14.758	15.486	340,5	353,5	3,8		
Pernambuco	3.817	5.916	182,6	279,7	51,5	3.417	5.363	183,6	295,2	60,1		
Pernambuco	36.196	39.497	615,4	667,3	8,4	13.621	16.320	231,9	275,7	18,9		
Pernambuco	16.173	17.769	323,4	293,2	-9,2	14.632	16.742	282,6	321,3	9,8		
Piauí	4.245	5.970	250,9	381,6	40,1	4.707	5.928	278,2	296,1	6,4		
Rio de Janeiro	35.187	40.620	388,4	444,9	14,5	24.196	34.196	377,4	375,4	-0,5		
Rio Grande do Norte	4.066	4.717	224,5	259,4	15,1	3.324	4.556	163,5	249,5	50,8		
Rio Grande do Sul	62.290	54.704	1082,2	929,2	-12,5	38.003	41.300	601,7	701,5	6,0		
Roraima	1.740	7.120	798,9	793,2	-4,5	5.186	7.242	566,2	606,2	37,8		
Roraima	4.381	4.220	1437,9	1342,7	-6,6	1.598	1.533	524,5	487,8	-7,0		
Santa Catarina	68.268	69.102	445,2	523,8	18,7	6.980	8.788	187,9	208,8	26,9		
São Paulo	61.169	74.107	257,9	310,4	20,3	57.400	67.853	242,0	283,9	17,3		
Sergipe	2.206	2.846	184,0	218,5	18,3	1.634	2.610	138,2	216,6	58,3		
Tocantins	4.096	4.259	618,4	523,1	7,8	3.190	3.438	403,9	420,4	6,6		

Tela 14 – Taxa de registro de medidas protetivas de urgência concedidas (Lei Maria da Penha) 2020

d) Dados de 2019

Na página “Publicações” do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, vá em “Todos os Anuários” e clique em “Acesse → DADOS DE 2020”, conforme imagem – Tela 15 – Página Inicial Anuário 2021:



Tela 15 – Página Inicial Anuário 2021

Na página “15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2021”, clique em “Show more” até aparecer o botão “Collapse”, conforme imagem – Tela 16 – Show More 2021:



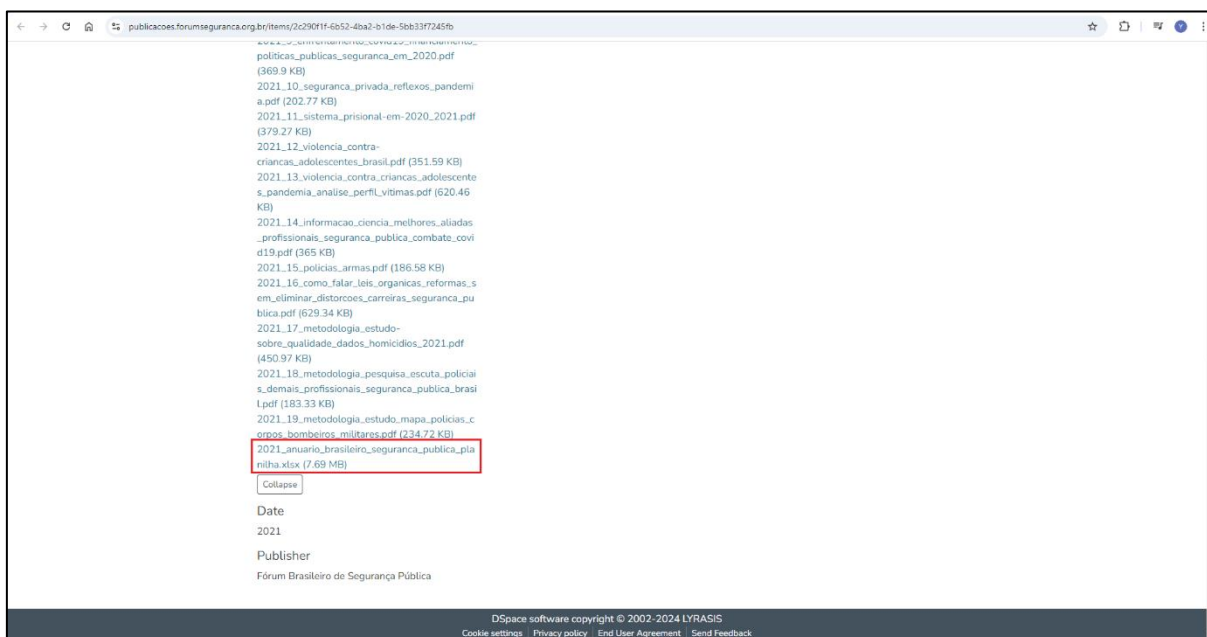
Tela 16 – Show More 2021

O botão “Collapse” aparecerá conforme imagem – Tela 17 – Botão Collapse:



Tela 17 – Botão Collapse

Clique em “2021_anuario_brasileiro_seguranca_publica_planilha.xlsx” para fazer download, conforme imagem – Tela 18 – Anuário 2021:



Tela 18 – Anuário 2021



Na planilha baixada, vá em “Violência doméstica e sexual” e clique em “Medidas protetivas de urgência distribuídas e concedidas pelos Tribunais de Justiça”, conforme imagem – Tela 19 – Planilha Anuário 2021:

Tela 19 – Planilha Anuário 2021

Tela 20 – Resultado:

Tela 20 – Taxa de registro de medidas protetivas de urgência concedidas (Lei Maria da Penha) 2019

1.1 Automação

A coleta é realizada via web scraping.

2. Processamento dos Dados

Para este indicador não há necessidade de processamento dos dados coletados, uma vez que estes já se encontram em formato de porcentagem, assim sendo, após a extração os dados estes são organizados no padrão exigido pelas ferramentas de tecnologia adotadas pelo Tribunal de Contas do Estado e replicados no Observatório de Políticas Públicas.

3. Informações Adicionais

Como cada planilha apresenta o resultado de dois anos, serão utilizados os dados anuais da planilha mais recente, que estão consolidados. Por exemplo, como a planilha de 2024 tem os dados de 2023 e 2022, os dados do ano de 2022 serão pegos da planilha de 2024, pois essa é a planilha mais recente.